



Intervenção

PEPAC

O PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum) ditará a aplicação dos fundos agrícolas europeus em Portugal entre 2023-2027. A Política Agrícola Comum representa cerca de um terço do orçamento da União Europeia e a sua execução em Portugal poderia ir até uma despesa pública superior a 1 350 milhões de euros por ano, ou seja, próxima de 10 mil milhões de euros num período de programação de sete anos.

Segundo um comunicado do Ministério da Agricultura e da Alimentação, Portugal assegura, um financiamento de 6.713 milhões de euros, dos quais 6.127 milhões de euros de fundos comunitários (FEAGA e Feader).

Se na versão inicial, apresentada no final de 2021, o Governo português já revelava a intenção de prosseguir a aplicação da PAC privilegiando a agricultura mais industrializada, concentrando os apoios nos grandes proprietários de terras e penalizando os pequenos e médios agricultores, na resposta aos pedidos de explicações e ajustes por parte da Comissão Europeia, essa opção manteve-se.

Sem qualquer diálogo e auscultação às organizações de agricultores, o Ministério da Agricultura e da Alimentação apressou-se a apresentar uma nova versão a Bruxelas, mas só baralhou, voltou a dar e ficou tudo na mesma. Assim, o PEPAC aprovado pela Comissão Europeia fica muito aquém das necessidades do país.

Os receios que existiam aquando das negociações, acabaram por se concretizar, mais uma vez os sacrificados são os mais pequenos - o maior corte das ajudas (em termos percentuais) de todo o PEPAC vai ser aplicado aos agricultores com menos de 2ha.

Esta, a par do aumento brutal da complexidade e burocracia será a grande marca deste PEPAC.

Com todos estes milhões as regras decididas em Bruxelas com a anuência dos nossos Governantes e as opções tomadas pelo Ministério da Agricultura, que serão postas em prática a partir de 2023, não promovem um desenvolvimento equilibrado de todo o território Nacional.

Com esta nova PAC a agricultura familiar vai continuar a ser deixada para trás, já que corta nos apoios das explorações com menor dimensão, vai ainda continuar a atribuir ajudas sem obrigatoriedade de produzir.

Mesmo na vertente ambiental, o que dá a entender é que a grande aposta é nos modelos de produção super-intensivos que vão continuar a ter impactos brutais no meio-ambiente.

Confrontados com uma crise desesperante, com a seca, a escalada dos custos de produção, os incêndios e sem os apoios necessários do Governo, os pequenos e médios agricultores vêem agora mais uma oportunidade desperdiçada, contando com mais cinco anos de uma PAC que lhes tem voltado as costas.

Destaco 6 grandes questões que são pedra fundamental para que esta PAC venha ao encontro das necessidades da agricultura e dos agricultores portugueses, para que haja um desenvolvimento sustentado.

- As ajudas devem ser atribuídas só a quem produz;
- Os critérios para atribuição das ajudas devem valorizar a mão-de-obra agrícola familiar;
- O apoio ao investimento nas explorações agrícolas e florestais deve ser atribuído com taxas de participação e regras adequadas aos pequenos e médios agricultores e produtores florestais, pois o que deve ser valorizado é o rendimento do trabalho e não o capital investido;
- A investigação e a transferência de conhecimentos são aspectos fundamentais e uma nova PAC deve garantir serviços de extensão rural, de acompanhamento técnico e de transferência de competências, adequados ao nível de instrução dos nossos agricultores;
- A dinamização dos circuitos curtos de comercialização;
- O apoio à floresta de uso múltiplo com aposta em espécies autóctones – aposta esta que só será viável com a melhoria dos rendimentos dos produtores florestais;

O país precisa de uma política agrícola capaz de defender o rendimento dos agricultores, de forma a desenvolver e aumentar a produção nacional e a garantir a Soberania Alimentar do país, a protecção do ambiente e a coesão territorial e social. Para esse desígnio, são essenciais todos e muitos mais pequenos e médios agricultores a produzir e é inaceitável que sejam esses os grandes penalizados por este PEPAC.

Viva o 9º Congresso da CNA!

6 de Novembro, Viseu

Isménio de Oliveira, Executivo da CNA